



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008622-80.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Revogação/Anulação de multa ambiental**
 Requerente: **Raízen Energia S/A -Unidade Serra**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo, com pedido de concessão de tutela *inaudita altera parte*, proposta por **RAÍZEN ENERGIA S.A – UNIDADE SERRA**, em face da **COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO** e da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, com o objetivo de declarar a nulidade do Auto de Infração com Imposição de Penalidade de Multa (AIIPM) nº 7300265, lavrado em 4 de julho de 2014, no valor de 5.001 (cinco e uma) vezes o valor da UFESP, em vista de lançamento de efluentes industriais no Córrego da Serra que teriam causado a mortandade de peixes no Rio Jacaré-Guaçu, de modo a impedir a sua inscrição em dívida ativa e de prejuízos decorrentes, em particular a impossibilidade de renovação de Certidão Negativa de Débitos. Alega, em síntese, que o AIIPM é indevido, visto que, no dia 16 de abril, a usina estava paralisada e, por isso, não teria ocorrido lançamento de vinhaça e efluentes, e as suas amostras de água, do dia anterior, no Córrego Monjolinho e Rio Jacaré Guaçu, estavam de acordo com a legislação, sendo que a morte de peixes teria ocorrido, antes de sua produção de etanol e vinhaça, mediante lançamento, feito por terceiro(s), em curso de água vizinho.

É o relatório.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

São Carlos, 13 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**